

A INEFICÁCIA DA ADOÇÃO DA PENA DE MORTE NA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE

*Susana Bruno**

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Pena de Morte e Vingança. 3. À morte, outra morte. 4. Conservação da vida: Direito do homem. 5. Mortos, cadeira elétrica, câmara de gases. 6. Crime e regeneração. 7. Pena de Morte e Constituição. 8. Pena de Morte e Livre Arbítrio. 9. O Estado e garantia de vida. 10. Considerações finais. Referências.

RESUMO: Analisam-se as questões relevantes envolvendo a possibilidade de adoção da pena de morte na prevenção da criminalidade. Para uma melhor compreensão do tema, a primeira parte demonstra o sentimento de vingança que acomete a população quando se vê depara com algum crime brutal. Na segunda parte, observa-se, em se adotando a pena capital, a interferência do Estado no sentido assumir este desejo de vingança, adequando-o às relações normativas. Na terceira parte procura-se estabelecer a efetividade e importância do direito à vida. A quarta parte busca informar os instrumentos de concretização da pena de morte. Segue-se tratando da possibilidade de regeneração do criminoso, da eficácia da adoção da pena de morte no sentido de coibir a prática delituosa, da pena de morte frente à Constituição da República. Verifica-se, ainda, a pena de morte e o livre arbítrio, enquanto na última parte, trata-se da garantia à vida a ser observada pelo Estado. Conclui-se que sua adoção se caracteriza como sendo uma retribuição sem qualquer respaldo de racionalidade e coerência.

Palavras-chave: Pena de morte; Direito à vida; Regeneração; Redução da criminalidade.

* Mestranda em Direito pela FDC, área de concentração em Políticas Públicas e Processo. Professora da UNISUAM - RJ e da FABASE - ES. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela UNESA - RJ. Advogada.

ABSTRACT: The excellent questions are analyzed involving the possibility of adoption of the penalty of death in the prevention of crime. For one better understanding of the subject, the first part demonstrates the revenge feeling that acomete the population when it is seen comes across with some brutal crime. In the second part, it is observed, in if adopting the capital punishment, the interference of the State in the direction to assume this desire of revenge, adjusting it the normative relations. In the third part it is looked to establish the effectiveness and importance of the right to the life. The fourth part searches to inform the instruments of concretion of the death penalty. It is followed treating to the regeneration possibility of the criminal, the effectiveness of the adoption of the penalty of death in the direction to restrain practical the delictual one, of the penalty of death front to the Constitution of the Republic. It is verified, still, the death penalty and the free will, while in the last part, is about the guarantee to the life to be observed by the State. One concludes that its adoption if characterizes as being a repayment without any endorsement of rationality and coherence.

Key words: Penalty of death; Right to the life; Regeneration; Reduction of crime.

1. Introdução

Todas as bibliografias centradas nos debatem em torno da pena de morte, à medida que a vida perdeu seus tradicionais valores e a violência à pessoa ganha especial destaque no conceito das instituições políticas, deslocando seu antigo prestígio, para duvidosa posição.

Os adeptos da pena de morte se infiltram no campo político e crescem, acompanhados da audaciosa bibliografia, mas não se sentem senhores absolutos. Caminham, com passos hesitantes e olhar furtivo, à retaguarda da história.

Nos Estados Unidos da América do Norte, país onde predominam peculiares requintes na aplicação da pena capital, a confiança não assume esse aspecto dominador. Mesmo encarada em sua função repressora ou sob blandicioso fundamento da necessidade do papel intimidativo, seu terreno de sustentação não é de solidez comprovada. É de constante mutabilidade, de interferências e de intercâmbios internos, em regra, negativas, longe da sedimentação que era de se esperar, no decurso da longa história de sua implantação oficial.

É fácil compreender esse desequilíbrio tão evidente, se buscarmos as origens das divergências entre posições estritamente políticas e ideologicamente sociais.

A pena de morte, politicamente impositiva, na prática penal, longe de ocupar posição de destaque doutrinário, pelo contrário, é de uma pobreza de conceitos, que a isola em um curto capítulo. Dos conceitos às conclusões, a pobreza se consome na infertilidade do definimento, à falta da seiva filosófica e doutrinária que alimente, operando-se uma antropofágica destruição, a que resiste ainda neste século.

Só temos a reconhecer os acidentes e desenlaces cômicos que se seguem à arrepiante tragédia da execução da morte em cadeiras elétricas, câmaras de gases e outros aviltantes instrumentos, nem sempre tão letais como deveriam ser, se as imperfeições de inspiração e realização prática não cedessem às perfeições da teimosa conservação da vida, obrigando o homem a concluir a morte.

Com a extinção da pena de morte, a esses instrumentos, cumprido o seu nefasto papel, não cabe a mérito de recolhimento entre objetos da memória de humanidade, aos museus da história.

2. Pena de Morte e Vingança

Princípios e normas e normas sem princípios, estão na origem. Neste caso, se enquadra a pena de morte: norma sem princípios.

No princípio, quando o crime de morte figurava, nas estatísticas, em escala incomparável, a ação natural da justiça conduzia o homem à perpetuidade do crime. À morte, outra morte, é nenhuma reparação. Então, crescem os interesses da defesa social, diante de uma problemática situação. A vingança era sentimento da espécie, em estado de contradição. Não havia um sentimento mais forte, capaz de assegurar a perpetuidade da espécie. Aí surgiu o princípio de conservação do homem em sociedade.

Não poderia, entretanto, a vingança, natural no homem, em estado latente ou exasperado, apagar-se da consciência, submeter-se ou sublimar-se em formas superiores de Justiça. A vingança, o mais indomável dos sentimentos, associada ao ódio, espécie de irmãos siameses somente por processos brandos, somente por um secular tratamento de civilização se transformaria em harmoniosas maneiras de convívio social.

A disseminação do ódio-vingança, em doses concentradas, luta sem quartéis, ocupa todo o campo de ação do homem. Não há essa ou aquela forma de vingança, sendo ela uma só, mais ou menos aguerrida, mais ou menos organizada, diversificadas ubiqüidades com pontos diversos de contacto próximos ou remotos.

Mas nem mediante tantas versatilidades, ela passa por diferenças de conteúdo, de substância, com mais propriedade, ser reconhecível, envolvida em pompas ou em andrajos, de presença trombetadas em ambiente de austera riqueza de pompa edificante e austera apresentação, ou levantada em andrajos da

poeira de uma praça-de-feira, partida de indivíduos contedores.

Se bem que o mesmo ódio-vingança, se bem que existencialmente tenha o mesmo conteúdo, formalmente, em suas exterioridades e conseqüências na vida social sofrem apreciáveis modificações, a oportunidade se manifesta de, um plano único restituir a cada uma das suas constituições (subjetivas) individualmente consideradas, os seus subjetivos desígnios e correspondentes exterioridades.

O desenvolvimento dos grupos sociais não ocorreu um processo mais ou menos igualitário, guardadas as distinções, ao da evolução mental do homem, pois nele o espírito associativo atendeu ao interesse de esforços comuns em sentido material, muito antes de simpáticas formas associativas de solidariedade humana, muito menos, típica assunção de comunhão de esforços, em semelhança de pureza ideal.

Houve um descompasso, que vem lentamente sendo corrigido, entre o progresso técnico-científico-material e o aperfeiçoamento integral do homem, biológico e psicologicamente encarado. Lentamente corrigido em modestas proporções aritméticas, dando margem a um desequilíbrio originado da perda da indispensável identidade entre técnicas e ciências, com afrouxamento dos laços, tal desprendimento de contactos vitais, reduziu técnicas a simplesmente técnicas, sem dúvida condenável mecanicismos.

3. À morte, outra morte

Na lenta e atrasada marcha da ciência, em disparada competição com a técnica, perde a humanidade, arrastada ao indescritível sofrimento, às crispções da dor, às doenças e males sem cura. Isto no campo das ciências naturais de certo mais avançadas que as ciências sociais. A origem desses atrasos é uma só vinda em linha reta única de um fundo comum da história da civilização.

Técnicas, ciências biológicas e sociais em confronto de desenvolvimento, não parecem dar mostras de um equilíbrio

tranqüilizador para o futuro da humanidade.

A mobilização excessiva de recursos materiais e a formação altamente especializada e concentrada dos progressos das técnicas relegam a um plano secundário o destino humanitarista da sociedade.

As conclusões mais graves para a humanidade, são as conseqüências nocivas da indistinta manipulação técnica, altamente perigosa à sobrevivência. Disto é exemplo nos nossos dias o emprego da guerra biológica como meio total de extermínio. Inventados os rudimentos da técnica necessários à vida pacífica, ergueu-se aos poucos o seu imenso potencial de domínio e o grupo social que se apoderou de seus potentes instrumentos, com isto vem conseguindo açambarcar os meios de produção e distribuição das riquezas.

Encontrada uma inexplorada infra-estrutura de bens de consumo, o Estado organizou-se e ergueu suas instituições assumindo o controle social.

Em camadas inferiores dessa infra-estrutura, a forma natural de justiça levava o homem à perpetuidade do crime. A morte, outra morte. À morte – um crime – o ato de vingança: outra morte, como preço devido àquela que a antecederia. O despertar da vingança, poderoso sentimento individual, manifestado no homem, tornado forma coletiva (grupal) de vindita só foi reduzida pela formação política da sociedade, que deu origem à justiça organizada. Houve uma transferência e, o que se pode dizer com certo grau de impropriedade uma transfusão de humores da morte-vingança-do-grupo-humano para o campo das relações normativas, mas nunca uma renúncia à vingança, como exercício da vontade coletiva.

Tão poderoso direito, qual seja o da conservação da vida, atravessou a História e a norma ainda persiste com o seu caráter vindicativo, em muitas legislações penais.

Vem-se perpetuando a imperfeição original: íntegro o sentimento de vingança, sob feição de uma deformação, assumida pelo inconsciente coletivo, como natureza residual.

4. Conservação da vida: Direito do homem

Como sobrevive a aplicação da morte, em certas codificações penais, fora da sistemática doutrinária, apesar dela ou em posição a de estranha intromissão?

Sobrevive e encontra justificação de si própria, na existência do poder da vingança, vingança individual, associada em grupos ou legitimada pelo Estado. Quando não sobrevive na legitimidade do Estado, sobrevive à sua sombra, com a dupla superioridade de atuação sob os vantajosos efeitos da impunidade e do uso imoderado de meios e de armas empregados na consecução dos fins criminosos. O que existe não é a convicção de que a medida repressora extrema supra a fraqueza da ausência da pena de morte na lei penal, porque se assim o fosse, a força da convicção não venceria o respeito à vida, não haveria convicção, conseqüentemente. O que existe é a manifestação do secular sentimento de vingança, sem a motivação individual, sem laços justificativos, sem a antecedência do ódio, no princípio do ato volitivo.

Na consciência do homem, na esfera da vontade, o ato de matar ainda está na ordem natural da conduta individual, se bem que seja animador o resultado da educação pelo respeito à vida.

Por esse lado, caminha o homem no sentido da pacificação, da conciliação com a vida, da valorização do supremo bem, competitivamente, por outro lado, cresce nos centros urbanos a morte sem punição, assustando a sociedade.

Se a formação política do Estado de origem à justiça organizada, aquilo que era realmente o interesse fundamental, passou para o campo dos conceitos e relações normativas. Tão poderoso direito, qual seja o da conservação da vida, atravessou a História e a norma ainda persiste, sem ter sido incorporada aos princípios da organização social. Perpetuou-se a imperfeição original; o sentido de vingança, sob aspecto de uma deformação, transferido ao inconsciente coletivo como natureza residual. Povos representativos da civilização ocidental assumiram papel relevante,

nessa ordem política institucional da pena de morte, e trouxeram para a América do Norte, no processo de caldeamento tão violentamente repellido, a instituição da morte legalizada.

5. Mortos, cadeira elétrica, câmara de gases

A pena de morte, nos Estados Unidos, representados pela “cadeira elétrica” e “câmara de gases”, a que não faltam o tradicional emprego de meios químicos, para completar a morte ou – o que dá no mesmo – liquidar os últimos sinais de vida, seria assunto para manifestações tragicômicas, dignas de um Chaplin, não fosse o respeito fortemente predominante da normal reação emocional do brutal realismo do quadro representado.

Contudo, apesar do impacto imposto a opinião pública, isto não significa uma vitória do exercício de desafiante poder do sistema penal, ou mesmo unânime ou predominante aplauso da sociedade.

Tudo está na origem institucional da pena, a que vimos nos referindo e, indo mais longe, na localização daquele estigma residual encontrado no fundo do inconsciente coletivo, já agora sob a preocupação da generalizada violência, com a qual também se identifica, em franca progressão. Na realidade, não há formas de violência. A violência é uma só. Há, sim, fatores potencializadores da violência no agenciamento de um sem número de modos de encobrir a morte, só identificável pelo excesso de atrocidades, para quem quer entender as coisas como elas são, na realidade do acontecer, do repetir-se, das peculiaridades de execução. Semelhanças de vingança assumida não se aparentam com os modos de cumprimento individual da morte, salvo nos casos de ação coletiva endereçada a esse fim.

Não é fantasiosa versão, a afirmativa da unidade da vingança e dos seus agentes, isto sem incluir as formas quentes ou naturalmente aquecidas da vingança homicida, no tipo de portadores desse nefasto sentimento.

6. Crime e regeneração

Os apaixonados adeptos da pena de morte, os mal disfarçados e os suggestionados pela suposta necessidade dessa medida penal, acolhem teses de múltiplos argumentos, do mais subjetivo – o poder da intimidação – ao mais objetivo, mais realista, espécie de contabilização de despesas, de calculada economia de custos do presidiário condenado a longas reclusões carcerárias evitáveis.

A existência do organizado sistema penitenciário já oferece margem a conclusões.

As conclusões tiradas de tais argumentos não são de natureza positiva. Em primeiro lugar, a possibilidade do poder intimidativo da reclusão carcerária é irresistível a toda prova, por mais condenável que seja o sistema penitenciário, a não ser que se considere pouco aflitivo o tipo de vida imposta nesses estabelecimentos, visando aumentar ao máximo a carga de temores.

Aferir o custo de vida de um presidiário não é economia aceitável, recomendável ao Estado, nos dispensáveis cortes de seu orçamento, sob imposição de ocultação a deveres públicos em geral. Fundamentalmente pobre a economia de reais é tão pobre quanto o resto de idéias armadas em defesa da pena de morte, dais quais a de mais pretensa nobreza seria a inexpressiva sustentação do valor da intimidade vontade de vida por outra vida condenada.

O temor à morte e a economia de reais são ambos preteridos pelo lúcido exercício da crítica, atendendo à chocante origem da oposição extremada: esta, através da supressão de uma vida; aquele, luz apagada no fundo da consciência, no momento dominante da furiosa vingança, no precioso momento do ato homicida.

O temor à morte e a economia de reais, que mais argumentos em defesa da pena de morte? Não nos ocorrem outros, além dos referidos.

Aos defensores da pena de morte desagrada a

humanização do sistema penitenciário, na singularidade da conceituação que adotam, considerando-se que ela deva ser apontada sob falsa posição, em termos de inautenticidade de conteúdo.

7. Pena de Morte e Constituição

Sentem-se agravados os humanistas, vendo conservada a denominada penitenciária, aos estabelecimentos de aplicação da pena privativa da liberdade. E até vendo outras textuais denominações, como condenação, pena, cumprimento de pena, tudo que deve ser apagado e deixado para trás das expectativas de superação do fracassado sistema, e do surgimento de reformatórios, bem indicados, inspirados nos princípios de reabilitação de personalidades socialmente deformadas.

Assumem papel insultuoso: as alusões à aplicação atual de programas científicos às pessoas incidentes na prática de atos anti-sociais, desde o emprego da engenharia às edificações próprias, quando o que assustadoramente vem acontecendo é o afundamento dos aglomerados penitenciários na mais caótica situação de desordem, violentamente contida em recintos superlotados, onde vigora a mais desumana reclusão.

Diante de tal situação, não se mobilizam recursos adequados, não se planeja e se executa obras saneadoras da inegável calamidade pública.

Mas não é a ausente pena de morte, do Código Penal, a causa da superpopulação reclusa por que os que ali se encontram não pensaram, por antecipação, se matassem seriam condenados à morte.

Os que defendem a pena de morte, também se opõem à implantação de reformatórios, por duas razões: não acreditam na re-educação dos que delinqüem; reformatórios sugerem lugares de lazers, de premiação imerecida para criminosos, um convite ou uma tentação ao crime, para conseguirem recolhimentos agradáveis. Argumentam, é bem verdade, que nos barracos e nas ruas, eles não encontram o mínimo daquele conforto. Não deixa de haver uma certa razão. Mas é que esse ciclo de

degradação, do nascimento à morte, é a causa determinante da conduta anti-social, aliada a outras correlatas ou propriamente independentes, como as de natureza biológica. Da mesma forma, os doentes, que da falta de recursos à saúde equilibrada, recuperam-se nos ambulatórios, clínicas e hospitais. É preciso que se afirme que todos os portadores de doenças não são criminosos, mas todos os criminosos passam por distúrbios psicossociais, que os conduzem à prática do crime.

Insistem os aguerridos partidários da morte, em combater idealistas, segundo pensam mal formados e mal avisados, que erram em seus indefensáveis cometimentos, abrigando ao seio bem amado injustificável acolhido homicida. Não distinguem a natureza individual de cada condenado, pois a favor de nenhum – mesmo menores infratores, mesmo loucos – há a contemplação de privilégios. A pena é inexorável e à justiça não cabe recuar, dando exemplo da fraqueza.

Há, ao contrário, no caso de menores infratores e personalidades psicopatas, o argumento dos imerecidos custeios, por tratar-se, naqueles, de indivíduos com disponibilidade indiscutível. Em média ponderada, afinal vence a preocupação de poupança de gastos.

Poupança de gastos e poder intimidativo, se não vingaram no desenvolvimento da pena de morte, não é razão desalentadora, para os que sentem, na sua falta, a impotência do Estado diante do crescimento da criminalidade, para os que ainda confiam na extrema violência à vida, como taboa de salvação social.

O momento histórico, marcado pela decadência de autênticos valores da humanidade poderá propiciar a regressiva contagem de pontos, no sentido final da implantação de medidas de caráter anti-humano, do tipo pena de morte. Poderá sim, mas inutilmente, reconhecendo-se que o sentimento de vingança, na origem da morte violenta, não se suprime nem mesmo se atenua, sujeitando à morte, o culpado. São duas mortes, diferentes em sua motivação: a morte conseqüente à lenta nascerça do ódio, encaminhando à violência, que dirige a ação; a morte, premeditadamente institucionalizada e formalmente aplicada. A

morte por vingança pessoa ou familiar ou de grupo unido por laços justificados é característica socialmente válida, que não desaparece por contrariedade do Estado.

Aliás, a contrariedade do Estado conduz ao mais conseqüente dos erros, na ordem dos erros irreversíveis: o erro judicial. Estamos, portanto, em face de um elemento positivo acrescido da alegada falta de intimidação e do dispensável custeio do presidiário, elementos negativos que esvaziam o conceito da pena de morte, se submetida à decomposição.

8. Pena de Morte e Livre Arbítrio

A repercussão do erro judicial é de uma enormidade facilmente identificável e só por si suficiente para prudente isolamento da pena de morte. Somente a privação e a recuperação da liberdade, mesmo sacrificado o princípio da equidade, é justiça imperfeita, como medida corretiva do erro judicial. Em jogo o mesmo direito (direito à liberdade), ainda assim, há um desequilíbrio irreparável quantitativa e qualitativamente entendido, face ao erro judicial, de imperfeita solução. Imperfeita, à falta de unidade entre o homem e o tempo pretérito, presente e futuro na vida de um homem. E tem mais: do homem compelido a excepcionais condições de ambiente e de hábitos, contrários às do normal cotidiano. Passando da imperfeita reparação da justiça, em termos possíveis, o Estado não pode assumir o compromisso social de respeito à vida por ele tutelada. Embora subordinado a regras de disciplina, o presidiário conserva, na ordem constitucional, seu direito à vida.

É na ordem constitucional, que vão defrontar-se, em última instância, o direito à vida e a pena de morte, despontado posições de opção legal, de legitimidade assegurada à manifestação de argumentos reciprocamente pró ou contra.

Ainda não se abordou com especial atenção que o tema requer, em partidos políticos, em sindicatos, em associações de classes, em assembléias constitucionais regulares, dispositivo que veda a discussão e aprovação da pena de morte, por contrária

aos direitos humanos universais. Seria a maneira de irmos aperfeiçoando as nossas instituições democráticas, de garantirmos os direitos do indivíduo e da sociedade, de superarmos posições, no plano de estabilidade, do estado de fato a estado de direito.

Não é avanço extremado, no terreno da discussão de idéias, atacar de modo inconseqüente a pena de morte, fazendo simples jogo de palavras, sem posicionamento científico-doutrinário. O que se impõe é atrair os defensores da pena de morte, para o campo racional da discussão. Em termos de racionalização, o homicídio tem suas origens no comportamento do homem, não exercido por livre arbítrio da vontade, mas por diversificados fatores endógenos e exógenos, de natureza biológica e adquirida.

Tem-se dito que o homem é um produto do meio, o que não deixa de ter certo tom de veracidade. Na realidade mais do que uma meia verdade, a que só falta acrescer, para completá-la, a parte biológica, que é o restante. Esta não é imutável, na sucessão das idades existenciais. Também não é imutável em meio às naturais influências ambientais e às socialmente atuantes e diretamente modificativas.

Dessa forma, cabe à sociedade uma parcela preponderante de responsabilidade, a que não é lícito fugir. São encargos sociais, de alçada de órgãos especializados do Estado, os desvios da conduta humana. Nos Estados socialmente organizados, o ser humano é assistido desde a concepção à morte. A falta ou retraimento desses deveres estatais tem implicações cumulativamente comprometedoras, se devidamente analisada a sociedade.

Há uma inversão de ordem direcional e diversional da sociedade, que cabe ser analisada, à semelhança da recuperação rosa-dos-ventos incontrolada, dando margem a descaminhos.

Não sabendo o que é causa e o que efeito, o observador mal avisado mistura os “alhos e bugalhos” da História. Alarmado, enumera efeitos, como sendo causas, e erra nas soluções que aponta. Geralmente atravessada à porta estreita da inteligência e se apresenta sobranceiro, sobraçando poucas salvadoras

soluções, recomendadas como líquidas e certas, de que é um exemplo, a pena de morte, na ordem simples da rotulada poção letal, que, bem empregada, como manda o espartano figurino, produz o resultado esperado. Na aplicação dos princípios gerais de sua meteorologia – comparando mal – o trovão precedendo o raio, apenas em termos simbólicos e aparentemente sentidos, e um estrondar ensurdecador e vazio, seguido de um transparente raio azulado ilusório imagem de seu poder destruído. Depois dos avanços da ciência à disposição da humanidade, verificou-se uma desigual troca entre disposição e disponibilidade, em que o homem dispondo das descobertas da moderna ciência vê-se privado da disponibilidade de avançados desenvolvimentos técnicos seguidos de aplicações experimentais e práticas.

Ciência técnicas e práticas experimentais lamentavelmente não vêm sendo mobilizadas em benefício da humanidade, do bem estar da felicidade do homem. Chegam a desastrosos limites o mau emprego das técnicas, das suas experiências e suas práticas.

Nas antecipações, nas coincidências e nas inércias comprometedoras encontramos as formas de condenável repúdio, aplicadas às indevidas intervenções na s ciências Sociais, sobretudo a economia e a política. O determinismo crescendo incontido ou limitadamente incontido, em proporções insatisfatórias ou mesmo precárias, na multiplicação de suas contradições em choque, no desencadeamento de conflitos internos, nos choques é de intranquilizante perspectiva nos dias em que estamos vivendo.

Seria oportuno, neste instante, voltarmos nosso interesse para o que nos reserva o futuro do mundo, indagando como os países em desenvolvimento conseguirão solucionar seus problemas políticos, sociais e econômicos.

A grandiosidade desta tarefa é tal, que parece reduzir a segundo plano o posicionamento da pena de morte, em discussão, se bem que ela seja matéria esgotada, em discussões. É invariavelmente o mesmo saber de idéias, abrangendo, em uma só tirada, o livre arbítrio, o poder da intimidação, a

irrecuperabilidade do criminoso, justificando o baixo custo de sua subsistência, na passagem de prisioneiros da vida carcerária até o momento da execução.

A adoção da pena de morte é singularmente seguida, encontrando receptividade entre indivíduos de poucas letras, pela fácil compreensão, sem recorrência a cruzadas associações de raciocínio.

O resto é o ultrapassado livre arbítrio, de muito fácil compreensão, sobretudo se desacompanhada de velhos argumentos. Tudo deve ser reduzido a expressões mais simples, para ser entendido.

Nessa projeção simplíssima, numa captação direta, sem planos intermediários, sem subjetivação, o indivíduo intelectualmente primário vê da compreensão de um fato a outro por via direta, sem nenhum enriquecimento nacionalmente fundado em camadas subjacentes. Sai à rua, lê manchetes de jornais, troca idéias com as pessoas ali presentes, presencia cenas de violência. Volta aos jornais. Mata-se com requintada perversidade e emprega armas privativas das forças armadas, até nos assaltos a instituições bancárias. Passa os olhos, rapidamente, detêm-se na leitura do noticiário de estupro de um menor, logo conclui: “está faltando a pena de morte no Brasil”.

O homem letrado, compromissado com sua formação espiritual, portador de diplomas, chega à mesma conclusão: “está fazendo falta, a pena de morte”, embora tenha idéias formadas a respeito do livre arbítrio, do poder da intimação, da justiça da pena, da justificação à família e à sociedade, da irreuperabilidade do criminoso e seu baixo custo de subsistência.

O homem livre pensador, em frente aos jornais, franze o cenho e troca opiniões com um vizinho do lado:

A chegada do século XXI expõe as chagas apodrecidas de uma sociedade em decomposição. Mas haverá uma regeneração dos tecidos. Sente-se no ar a salvadora revolução social.

9. O Estado e garantia de vida

Conforme dito alhures, o ódio, mola propulsora da vingança criminosa, é sentimento indivisível, podendo as circunstâncias que a cercam melhor propiciar a sua expansão natural. Apenas a motivação, e as qualidades pessoais, do(s) agente(s) da morte, ergue uma diferença fundamental entre duas modalidades, exercidas, de vingança, das quais, a primeira é própria do comportamento do homem, nele superável, se submetido à educação adequada a planejada pedagogia, enquanto a segunda é desempenhada pelo Estado, sob denominação de pena de morte.

O comportamento do homem é passível de influências modificadoras, no sentido do convívio, sem reações anti-sociais.

A intervenção do Estado, suprimindo a vida do criminoso é inaceitável, levando-se em conta que é dever do Estado garantir a vida e não eliminá-la. Se as estatísticas dos crimes acusam índices progressivos, a culpa é do Estado, por ter negligenciado seu dever, daí admitir-se a reclusão dos infratores, a estabelecimentos próprios, sob custódia pública e garantias de vida.

A vida deve ser direito assegurado a todos os brasileiros, por força de dispositivo constitucional. A lei deve definir como crimes, a propaganda da defesa da pena de morte, bem como de todas as formas de incitamento a tal prática, fixando-lhes penas. Seria de impressionar-nos o número dos que apregoam a pena de morte deixando a nossa segurança ameaçada por um potencial de vingança, sob aquela forma do sentimento generalizado, despertado do fundo da consciência coletiva.

É a violência que se expande, nuclearmente unida, apenas dirigida com propriedade definida, a um setor estatal exposto às mais diversificantes manipulações, embora se trate apenas de uma tendência da opinião pública, prevalecendo, sem dúvida, o caráter ideal, em seu sentido mais restrito, e descontado certo exagero, a tem cuidado.

Voltando ao tema, se bem que não seja motivo geral de

pânico, é oportuno lembrar a necessidade de definição constitucional do crime de propaganda da pena de morte, por todos os meios. É igualmente oportuna a coibição da violência em geral não segundo a versão oficial atribuída a “Grupos de Extermínio” entre quadrilhas de traficantes, numa guerra sem quartel, sucessora dos “esquadrões da morte”, de triste memória, convenientemente arquivados, sendo que em uns e outros foram usados rocambolescos recursos dos “Sherlocks” e das “Agathas Christies” nacionalizados.

A violência, não tendo premeditado medida, modalidades peculiares de ação e outras pré-ordenações, mobiliza, concentra ou dispensa os meios postos em direção individual ou coletiva, multiplicando inventivas armas de destruição, sem desmerecer em contra partida, o instrumental de resguardo do agressor, para poder, sem medo, investir contra suas indefesas vítimas.

O emprego coletivo de armas de agressão representa o estágio mais adiantado do poder de destruição, em que o agressor simplesmente aciona, com o mínimo de esforço e o risco necessário, poderosos instrumentos de destruição da vida. O preço da vida é calculado a baixos índices de mercado no qual se estipula sem a presença dos elevados valores da humanidade, vilmente desprezados.

Em cortejo de marcante inspiração marcial, em forma unida ou dispensada, os violentos e os vingativos, os agressivos se identificam através de simbólica e efetiva consciência. A irrecuperabilidade, juntamente com o poder intimidante, elementos subjetivos, maciçamente apreciados através dos tempos, tem evidenciado sua resistência à ação presente dos instrumentos de tortura e morte.

A “cadeira elétrica” e a “câmara de gás” não impõe temor nem respeito. O temor continua resistindo ou, o que é mais realisticamente sentido, ignorado tão fantasmagóricos contornos, delineados em pesadelos logo esquecidos.

Há mais: a irrecuperabilidade é fator altamente negativo, considerado inviável na consciência do homem numa fantasiosa exploração, além de qualquer limite sensível.

E ainda, o baixo custo de gastos despendidos pelo condenado à morte, argumento moralmente condenável, despedido de caráter, tendo em vista que a vida não baixou tanto em sua dignidade, perante homens de homem, mesmo tendo o consumismo valor de tudo.

O poder intimidante da pena de morte, como freio à prática do homicídio, não tem o mínimo valor de argumentação, capaz de deter a marcha do processo de vingança, ou desaquecê-la no nascedouro. A vingança é sentimento instantâneo, com explosão de ódio associado. Sem poder desencadeante se esgota com facilidade assegurada pela consumição. O poder intimidante é matéria para reflexão e não força freno contensora.

A irrecuperabilidade do criminoso é admitida à prova de confiança. Uma vez criminosos, o será para toda a vida. Sua capacidade de regeneração não será definitivamente esgotada. O crime não encerra sua possível capacitação para a vida socialmente normal.

Em tese, lançar o estigma de irrecuperabilidade sobre o criminoso, significa uma imposição de fatalismo divinatório, o que o homem não pode atribuir-se, sob censura de orgulhosa veleidade, assumindo o papel de porta voz de suprema entidade espiritual.

Não há livre arbítrio transferido a alguém, formando uma duplicidade de livre arbítrio, o próprio e o suposto, na consciência de outrem. O livre arbítrio não é analisável, não se submete a um tipo de comparação, é uma singularidade sem par, uma aceitação sem crítica, não é um processo de pensamento, é um pensamento estático ou mera colocação de palavras.

Foi neste vazio que nasceu o carrasco e, em seguida a pena de morte. O carrasco, vindo antes, trazia a morte no peito, no pensamento e nas possantes mãos. O peito, o pensamento e mãos menos possantes, por não estarem afeitos ao ofício se multiplicaram, dando nascimento a milhões de carrascos potenciais, todos frutos da mesma herança do ódio e da vingança ancestrais.

A vida em dúplice sucessão (o homicídio e a pena de morte) é inconciliável com os princípios da Justiça, a que não

cabe a solução, pela vingança em nome da sociedade. Vingança, sim, em sua forma mais fria, na ausência do choque do ódio e presença de expedita execução, a cargo de meticoloso profissional. Não pode ser isto justiça, mas uma projeção de vingança, ainda conservada no âmago do inconsciente coletivo. Nesse quadro a morte, decorrente do crime, não coexiste com a morte sob imposição legal. A medida que se vai empalidecendo ou se ensombrando (exigência de expressão de uma imagem metafórica), a projeção social da pena de morte com o estado moral e emocional da sociedade.

Enquanto a pena de morte vai-se abatendo, sem honroso nome a lembrar prestes a ser lentamente tragada pelo tempo, semi-mergulhada nas sombras que se adensam em seu redor, a falta de consoladoras ou enérgicas palavras defesa ou de justificado papel no desempenho da irremediável condenação penal em seu tempo, desaparece sozinha, sem traços de identidade específica e funcional.

Os que a defenderam ingloriamente, em inglórios mundos mergulhados, e os que a combateram com denodo em altaneira posição, seguem diferentes destinos: os inglórios defensores da pena de morte continuam a viver no estéril campo de suas idéias e ao desamparo de ideais humanos; os militantes das boas causas continuam de coração, olhos e braços, fiéis companheiros de luta. Companheiros de luta os vêem o ódio, a tortura e a vingança, onde forem encontradas, continuam ao lado da boa causa, como o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns em sensível e inteligente afirma':

Não há ninguém na Terra que consiga descrever a dor de quem viu um ente querido desaparecer atrás das grades da cadeia, sem mesmo poder adivinhar o que lhe aconteceu. O "desaparecido" transforma-se numa

¹ ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil Nunca mais - Um relato para a História*. Petrópolis: Vozes. 1985.

sombra que ao escurecer-se vai encobrendo a última luminosidade da existência terrena. (...)

O que mais me impressionou, ao longo dos anos de vigília contra a tortura, foi porém o seguinte: Como se degradam os torturadores mesmo. Esse livro, por sua própria natureza, não pode dar resposta plena à questão.

As visitas voltadas para a tortura e a morte, neste contexto, não são despropositados ou alheatórios vagares de olhos. Eles se dirigem ao mesmo mundo do ódio e da vingança, de que a pena de morte é um dos aspectos, apenas com a diferença da rotulagem legal, importante no plano das instituições do Estado.

O ódio e a vingança são uno e indivisível estado de consciência do homem. No desenrolar desse drama atuam as influências, resultantes do progresso e das técnicas modernas.

Espíritos desavisados concluem erroneamente, que a ausência da pena de morte é responsável por todas as violências ocorridas na sociedade. O certo é que a Justiça deixa na mais escandalosa impunidade centenas de criminosos. À pena de morte, legalmente existente, corresponde, com precisão matemática a cada crime, para não expor-se o Estado a comprometidas impunidades, ainda que não esteja sendo conduzido à execução, o verdadeiro criminoso. Seria uma inexplicável conduta da Justiça, se estivessemos em face de execução à regra, em países onde a pena de morte existe.

Mais um detalhe se afigura para a convergência do erro judicial, no sentido prático do secreto incidente. Seria a complementação mais lógica, na história da pena de morte, no jogo da vida.

Este, diga-se de passagem, é realmente, o mais palpável dado, na composição lógica formal do crime e sua história, afora o subjetivismo e respeitabilíssimo temor da pena, para mais gente uma insignificante antecipação de pensamento.

10. Considerações finais

No presente trabalho, procurou-se demonstrar que a pena de morte é uma sanção injusta, inútil e dispendiosa, restando clarividente que a sua adoção se caracteriza como sendo uma retribuição sem qualquer respaldo de racionalidade e coerência.

De igual maneira, buscou-se expor a incapacidade de fundamentação intelectual plausível dos defensores da pena capital.

Há que se lembrar que o debate acerca da pena de morte deve se operar distante das comoções populares, procedendo a um estudo sereno e acurado, sem dar azo para que a emoção torne obscuras as consequências do problema.

Um dos grandes pontos de apoio dos defensores da pena de morte é o temor do indivíduo em relação à sanção que lhe será imputada na hipótese de cometimento de um delito. Tal alegação é eivada de falácia, posto que nos Estados em que a pena de morte se apresentou como sendo uma modalidade de sanção penal, quando da sua extinção, não houve avanço da criminalidade, nem tampouco ocorreu um retrocesso nos índices daqueles Estados que passaram a adotá-la.

Outra quimera dos defensores da pena capital é no que se refere aos custos da manutenção do preso no sistema prisional, onde alegam que é menos dispendioso a adoção da pena de morte. Ora, em recente publicação obtida através da rede mundial de computadores, divulgou-se que um dos motivos ensejadores para a redução das penas capitais nos Estados Unidos da América é justamente o alto custo do processo.²

² TOGNOLLI, Cláudio Júlio. Pena Capital - cai número de sentenciados à morte nos Estados Unidos.

O número de penas capitais sentenciadas nos Estados Unidos caiu em 2006 aos níveis mais baixos já registrados desde que a pena de morte foi reinstalada no país, há 30 anos. Isso reflete aquilo que especialistas já têm como um exponencial medo de que a justiça criminal possa cometer erros trágicos e irreversíveis, segundo o site *Findlaw*. As execuções levadas a termo também registraram em 2006 seus menores índices da década.

"A pena de morte está definitivamente na defensiva", avalia Richard Dieter, diretor

A única certeza que se tem é que a pena capital inibe a reincidência por razões óbvias. A absoluta irrevogabilidade de uma pena de morte injusta transforma o erro humano em desumano. Que o diga Dom Pedro II, quando negou o pedido de

da ONG Death Penalty Information Center, uma organização de Washington que busca magnificar os problemas trazidos com a pena capital.

As sentenças de morte caíram a 114 casos em 2006. Em 2005, foram 128, um número ainda mais baixo do que aquele de 137 casos registrados em 1976, ano em que a Suprema Corte reinstalou a pena de morte nos EUA. O recorde ficou com o ano de 1996, com 317 penas de morte decretadas.

Em 2006, foram levadas a cabo 53 execuções nos EUA, 60 casos a menos que em 2005. O recorde foi o ano de 1999, com 98 execuções. As causas apontadas por promotores, advogados e juízes que criticam a pena de morte são: o surgimento de mais leis estaduais a determinar como pena máxima a prisão perpétua sem direito a liberdade condicional ou apelações, uma queda generalizada nos índices de criminalidade e a relutância de várias autoridades em levar a pena de morte à frente dados os altos custos de um processo deste. Mas o motivo principal seria o temor de erros judiciais. Desde 1976, 123 pessoas saíram da fila de execuções após terem sido decretadas inocentes, 14 delas mediante teste de DNA. Trinta e sete dos 38 estados dos EUA que adotam a pena de morte agora admitem em seu lugar, de preferência, a prisão perpétua sem direito a recurso. O Texas, tido como o maior adorador da pena de morte, adotou tal lei em 2005.

Execuções por meio de injeção letal também estão sob suspeita em nove estados: Arkansas, Califórnia, Delaware, Florida, Maryland, Missouri, New Jersey, Ohio e South Dakota. Esta semana, em New Jersey, uma comissão especial recomendou que aquele estado se tornasse o primeiro a abolir a pena de morte. O estado de New Jersey deve abolir a pena de morte e substituí-la por prisão perpétua, sem a possibilidade de liberdade provisória, após o resultado de estudos feitos por uma comissão especial. Os estudos foram encaminhados ao governador Jon Corzine, na terça-feira (2/1).

A pena de morte, segundo os estudos, “não é usada em New Jersey há quatro décadas e não serve a propósito algum”. De acordo com os estudos, se a pena de morte for abolida, acaba o “perigo de se executar pessoas inocentes”. Além disso, “os custos da pena de morte aos contribuintes são muito maiores do que condenações à prisão perpétua sem liberdade condicional”.

Há ainda a afirmação de que “a prisão perpétua numa prisão de segurança máxima sem a possibilidade de liberdade condicional asseguraria suficientemente a segurança pública e demais interesses penais, incluindo nisso os interesses dos familiares dos assassinados”.

A comissão de 13 integrantes que fez os estudos revela que há nove homens na fila da pena de morte em New Jersey. Em fevereiro de 2004, New Jersey foi impedida de fazer execuções por decisão da corte local.

O governador Jon Corzine é democrata e se opõe à pena de morte. Caso ele e a magistratura do estado implementem as recomendações do estudo, New Jersey se tornará o décimo terceiro estado americano a abolir a pena de morte. New Jersey foi o terceiro estado a impor uma moratória à pena de morte após Maryland e Illinois.

graça imperial a Manuel da Motta Coqueiro que foi acusado pelo homicídio de oito pessoas de uma família e que após a execução da pena, descobriu-se que o sentenciado fora vítima de uma conspiração de seus adversários políticos.

A questão da pena de morte é fastidiosa e interminável. Ao nosso ver, a adoção da pena capital só se funda na necessidade de esconder da sociedade os reais problemas da criminalidade, quais sejam, a ausência de políticas públicas sociais básicas.

Referências

ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil nunca mais* – um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985.

BARATA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Coleção Pensamento Criminológico, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

BARRETO Augusto Dutra. *Pena de Morte – um remédio social urgente*. São Paulo: LEUD, 1998.

BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Trad. Paulo M. Oliveira. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 18 dez. 2006.

BRUNO, Aníbal. *Perigosidade criminal e medidas de segurança*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1977.

CASTRO, Emílio. *Pena de morte Já*. Rio de Janeiro: Revista Continente, 1986.

D'URSO, Luiz Flávio Borges. *Pena de morte – o erro anunciado*. Disponível em: <<http://www.direitopenal.adv.br>>. Acesso em: 07 nov. 2006.

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões, e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

HUNGRIA, Nelson, *et all*. *Pena de morte*. BONFIM, B. Calheiros (Org.). Rio de Janeiro: Destaque, 2006.

MARTINS, Celso. *Aborto, suicídio e pena de morte*. São Paulo: DPL, 2002.

MELO, Yure Gagarim Soares. *As novas perspectivas do direito penal brasileiro*. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

MEREU, Ítalo. *A morte como pena - ensaio como violência legal* - Coleção Justiça e Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MITTERMAIER, Karl Josef Anton. *A pena de morte*, São Paulo: LEUD, 2004.

NETTO, Amaral. *A pena de morte*. Rio de Janeiro: Record, 1991.

PEREIRA, J. *Violência, uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

TUBENCHLAK, James. *Crise Social e delinquência*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1981.